

# Prêmio Nacional de Direitos Humanos

Entre as atividades do Movimento Nacional de Direitos Humanos foi instituído, em 1988, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, sendo desde então atribuído, a cada biênio, a pessoas e organizações que se destacam na caminhada de luta pela dignidade e respeito aos direitos humanos no Brasil e no Mundo. Mais que uma homenagem, expressa um momento importante para o MNDH, de reconhecimento àqueles que efetivamente trabalham por uma sociedade pluralista, justa, democrática e fraterna.

O Prêmio Nacional de Direitos Humanos tem como objetivo homenagear, promover e dar visibilidade às instituições e pessoas, que pelo compromisso, dedicação e testemunho, destacaram-se na luta pela dignidade e pelo respeito ao ser humano. O Prêmio entende os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais como Direitos Humanos, confirmando a sua indivisibilidade e interdependência.

São premiados os vencedores nas seguintes categorias:

- 1 &ndash; Personalidades;
- 2 - Organizações;
- 3 &ndash; Ações e experiências.

Aos vencedores do Prêmio Nacional de Direitos Humanos são concedidas estatuetas, uma para cada categoria, em formato de escultura com design exclusivo do MNDH. Vale destacar que todas as indicações e os julgamentos passam por uma seleção do Conselho Nacional do MNDH. Assim, os julgamentos são feitos a partir dos seguintes parâmetros de avaliação, considerando a categoria em que o inscrito está concorrendo:

- a) Importância histórica no contexto brasileiro e mundial;
- b) Geração e produção de conhecimento relevante;
- c) Capacidade inovadora e criativa;
- d) Integração com outros segmentos sociais;
- e) Impactos sociais, políticos e culturais na sociedade;
- f) Potencial de difusão e aplicabilidade por outros;
- g) Integração dos Direitos Humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Desde 1988, foram os seguintes premiados:

Cardeal Dom Evaristo Arns;

Comunidade Yanomami;

Sindicalista Rural Maria Aparecida Pereira;

Dom Pedro Casaldaliga;

Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda;

Sindicalista Luís Vilanova;

Teólogo Leonardo Boff;

Sociólogo Hebert José de Souza- Betinho;  
Deputado Federal Hélio Bicudo;  
Coordenadoria Ecumênica de Serviço &ndash; CESE;  
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão &ndash; Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa;  
Grupo de Combate ao Crime Organizado do Estado do Espírito Santo;  
Drª. Magda Lugon - Juíza de Direito da Entrância Especial na Capital do Espírito Santo;  
Dr. Luiz Renato Azevedo da Silveira, Promotor de Justiça;  
Dr. Francisco Vicente Badenes Júnior; Delegado de Polícia;  
Dr. Osmar Barcelos do Nascimento, advogado, membro do Coletivo de Advogados Populares;  
Comunidade Pataxó Hã Hã Hãe;  
Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e Dep. Pedro Wilson Guimarães,  
Pe. Paolino Maria Baldassari;  
Programa dh Internacional (MNDH/NE e GAJOP)  
e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),  
Pe. Júlio Lancelotti ,  
Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária,  
Fórum Reage Espírito Santo,  
Pe. Gunther Alois Zgubin,  
Resistência Indígena Tupinikin-Guarani,  
Movimento das Mulheres Campesinas (MMC)  
entre outros.